

**PARECER Nº         /2019**

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**  
**PROJETO DE LEI Nº 1/2019**

**AUTOR: PREFEITO DE UNAÍ**

**RELATOR: VEREADORA SHILMA NUNES**

## **1. RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 1/2019 é de iniciativa do Prefeito de Unaí, que busca, por meio dele, autorização legislativa para promover a revogação da Lei n.º 1.680, de 9 dezembro de 1997, que “Concede Direito Real de Uso de bem público municipal que menciona e dá outras providências.

2.               Recebido e publicado no quadro de avisos em 5 de fevereiro de 2019, o projeto sob comento foi distribuído à Douta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos, que exarou parecer e votação favoráveis a sua aprovação.

3.               Após, a matéria foi distribuída nesta Comissão, que me designou como relatora para exame e parecer nos termos regimentais.

4.               É o relatório. Passa-se à fundamentação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO**

5.               A competência desta Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, para apreciar a matéria em questão, encontra-se inserida no art. 102, II, “f”, da Resolução nº 195/92, que assim dispõe:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

(...)

II - à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas:

(...)

d) repercussão financeira das proposições;  
(...)

6. Inicialmente, cumpre esclarecer que, em 9 de dezembro de 1997, por meio da Lei n.º 1.680, o Município concedeu o direito real de uso à Associação do Bairro Cidade Nova de um área pública constituída pelo terreno situado na Quadra 51, do Setor 23, do Loteamento denominado Cidade Nova, com área de 300 m2, para construção da sede da entidade.

7. Acontece que, conforme informado na mensagem de encaminhamento da matéria, o referido imóvel encontra-se, atualmente, abandonado e a Associação beneficiada à época já não existe mais.

8. Destarte, considerando que o artigo 2º da Lei em questão prevê que a concessão de direito real de uso a que se refere a Lei é resolúvel, se o concessionário der ao imóvel destinação diversa da estabelecida, o senhor Prefeito, com razão, encaminhou o presente projeto para revogar o direito de uso concedido.

9. Na opinião desta Relatora, talvez a melhor solução não fosse revogar a Lei existente, mas tão somente utilizar a autorização contida em seu artigo 2º para revogar o termo administrativo que concedeu o direito.

10. Não obstante a opinião divergente desta relatora, não se vê razão para não aprovar a revogação da lei de origem, já que esta ação também anula a concessão em questão.

11. Sob os aspectos de ordem orçamentária, financeira e patrimonial, como o Município concedeu somente o direito de uso do imóvel, mantendo sua propriedade, não se vislumbra nenhum impacto orçamentário, financeiro ou patrimonial.

12. Desta feita, considerando os aspectos aqui analisados, entende-se que a matéria merece ser acolhida pelo Nobres colegas.

### **3. CONCLUSÃO**

13. **Ante o exposto**, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1/2019.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 3 de abril de 2019.

**VEREADORA SHILMA NUNES**  
*Relator Designado*